

16

ABELHA PERNAMBUCO

Tantus amor florum, et generahdis gloria mellis.
Eu gosto de catar as brandas flôres

Virg. — Geor.
Para delas fazer

ARTIGO

**UM "CONCERTO"
DESCOMPASSADO:
POLÍTICOS, IMPRENSA
E INSTITUIÇÕES EM
PERNAMBUCO NO FIM
DO PRIMEIRO REINADO**

Christiane Peres Pereira

Doutora em História pela Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro.

Os Periodicos são no sistema Constitucional uma das primeiras necessidades dos Povos da qual não se pode prescindir sem graves inconvenientes. Uma folha Periodica por muito má que ela seja, não é tão distituída de prestimo como o querem inculcar os inimigos d'aquelle sistema de Governo; e se esta questão não tivesse sido por tantas vezes debatida por pessoas mui abeis, nos apresentariamos as razdes que comprovam a nosa asersão. E' pois inegavel que quanto maior for o n.º dos Periodicos em uma Provinsia, tanto mais se divulgarão idéas uteis, e se consolidará a opiniaõ publica: principalmente se aliugua-

acompanhada de um
diversas obras que
do ao mesmo tempo
trusaõ d'elas se deve
mento da despeza provavel que se poderá fa
zer com a dita rua.

Um tal caminho de certo imbelezará muito esse local, principalmente se na sua construsaõ nada se poupar para dar-le toda a solidéz, e estabelidade, ofereseendo ao mesmo tempo comodis aos que por ai transitarem imitando se o que se sabe aver de bom na Europa a este respeito. Ali cada caminho publico tem jeralmente trez divizdes, por outras palayras, cada estrada é composta de ou

Resumo

As províncias do Norte do Império — o atual Norte e Nordeste brasileiro — têm na sua história as marcas das revoluções e também da insubordinação. Pernambuco é marcado pelos movimentos que salvaguardaram o poder de Portugal em 1654, pelos conflitos internos da Guerra dos Mascates de 1710, pela conspiração malograda dos Suassunas em 1801, pelos que questionaram a soberania da Coroa em 1817, pelos revolucionários da Confederação do Equador de 1824, mas também pelas investidas políticas de seus habitantes, pela audácia e coragem de questionamento e participação. A historiografia sobre Pernambuco do XIX reúne muitos estudos sobre os movimentos radicais que aconteceram ali, mas sobretudo, sobre suas tendências republicanas e federalistas, recorrentes na província. Pela sua enorme gama de particularidade, e contribuir para a historiografia sobre a província, este trabalho dedica-se a ressaltar a importância da conjuntura interna da província, das questões discutidas no âmbito governamental e o reflexo na imprensa no fim do Primeiro Reinado.

Palavras-chave: governo; província; imprensa; império.

Abstract

The provinces of the North of the Empire - the current North and Northeast of Brazil - have in their history the marks of revolutions and also of insubordination. Pernambuco is marked by the movements that safeguarded the power of Portugal in 1654, by the internal conflicts of the Peddler's War of 1710, by the unsuccessful conspiracy of the Suassunas in 1801, by those who questioned the sovereignty of the Crown in 1817, by the revolutionaries of the Confederation of Ecuador in 1824, but also for the political advances of its inhabitants, for the audacity and courage of questioning and participation. The historiography of Pernambuco in the XIX brings together many studies on the radical movements that took place there, but above all, on its republican and federalist tendencies, recurring in the province. Due to its enormous range of particularities, and to contribute to the historiography about the province, this work is dedicated to highlighting the importance of the internal context of the province, the issues discussed in the governmental sphere and the reflection in the press at the end of the First Reign.

Keywords: government; press; province; empire.

Introdução

A conjuntura do Brasil era extremamente frágil nos idos de 1829 e 1830. Com a crise instaurada, muitos jornais, atacando diretamente o governo e o imperador, emergiram nas praças públicas da recente nação. Segundo Silvia Fonseca (2016), que analisou os jornais doutrinários redigidos em Pernambuco nesse período, é possível perceber como as sociedades secretas existentes na província colaboraram para as discussões e defesas de projetos políticos daquela praça. O embate entre as sociedades *Coluna do Trono e do Altar* e a *Jardineira*, por meio dos jornais *O Cruzeiro*,

O Amigo do Povo e a *Abelha Pernambucana*¹, refletia a oposição entre “absolutistas” e “exaltados”.

É importante observar algumas correlações. A *Abelha Pernambucana*, periódico criado para o debate — “provavelmente tendo por fim combater as ideias propaladas pela sociedade *Coluna do Trono e do Altar*”

1 O jornal *A Abelha Pernambucana*, segundo Basile, era redigido pelo paraibano Antônio Borges da Fonseca “líder exaltado com projeção nacional” que em 1830 foi “eleito para o diretório central da *Jardineira*”. Sua atividade jornalística foi longa, publicando vinte e cinco jornais entre 1828 e 1869, como *O Repúblico* no Rio de Janeiro. Ver: BASILE, Marcello. *O império em construção...*, pp. 133-134. Segundo Silvia Fonseca, o redator Borges da Fonseca seria filho do conselheiro do governo Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca.

(FONSECA, 2016, p. 338) —, teria surgido com a ajuda da sociedade secreta *Jardineira*. Esta sociedade, por sua vez, segundo os escritos de Frei Caneca, teria se enraizado em Pernambuco por volta de 1821². Tudo indica que o redator d’*Abelha* era filho do conselheiro do governo Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, remanescente da revolução de 1817, e o jornal era publicado pela tipografia de outro conselheiro, a *Tipografia Fidedigna* de Manoel Zeferino dos Santos. O conselheiro Borges da Fonseca apoiava Manoel Zeferino durante as reuniões do Conselho de Governo, em suas moções e propostas.

Quanto aos *colunas*, eram acusados de absolutistas por criticarem a liberdade de imprensa, defenderem a realeza e a soberania monárquica, a mais cara das suas defesas. Eram representados pelos jornais *O Cruzeiro*, que circulava diariamente e *O Amigo do Povo*, ambos citados acima³. A sociedade que os apoiava, teria sido fundada em 1828, foi denunciada pelo governador das armas Antero José Ferreira de Brito ao ministro da Guerra (CARVALHO, 2002, p.179) e o ministro do Império Clemente Pereira negou licença à mesma em 1829.

Os dois jornais eram redigidos por padres, e dentre outras matérias, *O Cruzeiro* publicava correspondências atribuídas ao presidente Thomaz Xavier Garcia de Almeida, sob o pseudônimo de *O Intrépido*. Em janeiro de 1830, o correspondente negou que ele fosse *O Intrépido*, alegando que o presidente se encontrava acamado, “bastantemente enfermo” (*O Cruzeiro*, 1830, nº 216), então, como poderia escrever aquela correspondência? Esse periódico chamava d. Pedro de “Invicto” e “Justo” e em outras correspondências podíamos encontrar expressões como essa: “dou a vida pelo Imperador, e pela Independência” (*O Cruzeiro*, 1829, nº 216). Ariel Feldman, analisando as

correspondências publicadas no jornal *O Constitucional* pelo monge liberal Miguel do Sacramento Lopes Gama⁴, atacando os jornais dos *colunas*, demonstra como era construída o que ele chama de “guerra aos extremos”. O autor percebeu como as imagens de absolutista e republicano eram denotadas pelos periódicos aos seus adversários, identificando os “exageros” nas correspondências dos opositores, e não na defesa dos projetos políticos de cada um deles (FELDMAN, 2014). É importante ressaltar como os artifícios de linguagem utilizados na imprensa promoviam estereótipos e denotavam o outro com características, que eles mesmos não assumiam ou que realmente não eram. Para Feldman, não se pode classificar os *colunas* como absolutistas, mas eles “transitaram entre os projetos constitucionais de tipo moderado e o pensamento mais conservador, no limite absolutista”⁵, muito comparado pela historiografia com o governo de d. Miguel após o golpe de 1828 em Portugal. Na Corte brasileira, um jornal classificado como *áulico*, *O Brasileiro Imparcial*⁶, fazia a mesma defesa

4 O frei Miguel do Sacramento Lopes Gama apoiou o movimento unitário em torno do Rio de Janeiro de 1822 a 1825, já em 1829 a 1831 fez críticas aos *colunas* defendendo a Carta de 1824, e as instituições eletivas como os conselhos provinciais (do Governo e Geral) em correspondências em alguns jornais, dentre eles *O Constitucional*. Era acusado de republicano pelos jornais *O Amigo do Povo* e *O Cruzeiro*, mas defendia a monarquia constitucional baseada na soberania nacional, visto que o imperador foi o escolhido, o poder foi delegado a ele. Ver: FELDMAN, Ariel. *Guerra aos extremos: polarização política e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831)*. São Paulo: Almanack, nº 7, p.39-58, 2014.

5 Idem, p. 49.

6 “Silva Maia, com seu jornal, procurou instigar valores cívicos, comportamentos e uma postura moral aos brasileiros, que agora deveriam escolher pela nação, pelo seu único protetor, d. Pedro I. O objetivo de sua publicação era zelar pela estrutura vigente, mas não deixa de apontar a necessidade de reformas no governo brasileiro, de reformas que estruturariam melhor a economia, a política pública e a própria autoestima do país, de forma a dar *energia e força*, como ele mesmo diz, ao governo constitucional. O periódico já chamava a atenção para a organização de novas leis. O imparcial está apenas no nome se nos detivermos à característica principal dos *áulicos*, porém demonstra estar muito informado sobre a situação do seu país, o que lhe permite avaliar e perceber a necessidade de mudanças dentro do próprio governo”. Ver: PEREIRA, Christiane. *A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013, p. 106.

das instituições e do governo de Pedro I, mas defendiam reformas graduais na Constituição, admitindo que podia haver nela algum defeito (PEREIRA, 2013, p. 106). Essa pode ser considerada a diferença entre os *colunas* em Pernambuco e os *áulicos* da Corte.

Quanto ao presidente da província Thomaz Xavier Garcia de Almeida, acusado diversas vezes de ser um *coluna*, assistiu ao fim da sociedade em 1829, e em seguida foi substituído. Muitas questões internas e externas são associadas pela historiografia ao agravamento da situação do governo de Pedro I, contudo a regulamentação e a implementação dos Conselhos Gerais e dos juizes de paz desestabilizaram a centralização que empreendia através dos “delegados”, abrindo espaço para grupos políticos emergirem na esfera política pelos meios legais, pelos votos e a imprensa dando o suporte na *esfera pública*.

Muitos ofícios comprovam a instabilidade da província no final de 1829. No âmbito militar, o recrutamento carecia de força para acontecer devido às muitas resistências. Do quartel do Engenho Novo da Noruega chegou ofício ao presidente informando o envio de 25 recrutas. No entanto, ofícios de outras localidades como a vila do Cabo, Poço dos Patos e do próprio quartel de Recife, nos mostram a intensa resistência. No Cabo, o problema foi o capitão-mor ter comunicado sobre o recrutamento, o que possibilitou que os indivíduos se escondessem (Coleção de Ordenanças, 1829). O quartel do Recife pediu de ajuda dos comandantes das guardas e do comandante das ordenanças para recrutarem, ressaltando que precisavam de “tropa viva”, porque a resistência é armada com armas ofensivas (Coleção de Ordenanças, 1829). O quartel do Poço dos Patos informou que o recrutamento e as prisões a serem feitas ali eram obstadas por um comandante de companhia de ordenança que se negou a cumprir as ordens dadas a ele. Segundo o comandante Antônio dos Santos Cavalcante de Siqueira, ele não podia exercer o cargo de juiz ordinário e de comandante de ordenança, por isso não podia proceder ao recrutamento. Além disso, outros ofícios denunciam ataques de ladrões

e assassinos pelas estradas, bem como a reunião de pessoas desafetas ao sistema monárquico constitucional. Todos esses problemas foram negados pelo presidente, vejamos a seguir.

Na abertura do Conselho Geral em 1º de dezembro de 1829, Garcia de Almeida congratulou o Conselho pela sua instalação, argumentando que não tinha sido antes por falta de regimento, aproveitando para defender o imperador e elogiar a Assembleia:

Graças ao Soberano Defensor da Nação Brasileira, Causa Primária deste maravilhoso Pacto de Aliança do Poder com a Liberdade: honra, e louvor à Assembleia Geral Legislativa, que tão solicita, e desveladamente [sic] o guarda, ditando sábias, e justas normas reguladoras de tão sublimes Instituições (*Jornal do Commercio*, 1830, n° 1).

Em seguida, fez asserções sobre o estado da província. Começou criticando a imprensa por tentar incutir “miseráveis terrores”, como a ideia de que a Constituição estava ameaçada. Assim, informou que a situação política da província era próspera e que podiam começar os trabalhos com “ânimo tranquilo”. Quanto à situação financeira, ele pôde garantir que “sobreleva seguramente ao de todas as outras Províncias”, mas chamou atenção para o estado “deplorável” da instrução primária, pedindo que o Conselho tomasse em consideração a necessidade de estabelecer casas de educação para indigentes, bem como estabelecimentos de Ensino Mútuo. Vimos anteriormente, que muitos exames de professores foram realizados pelo Conselho de Governo em 1829, mas, como informou o presidente, ainda faltavam muitos. Sinalizou o problema dos hospitais e casas de caridade, que necessitavam ser fiscalizadas para terem boa administração. Além disso, mostrou a necessidade de construção de pontes, estradas e de um aqueduto, problema este, apontado pela Câmara de Olinda, que reclamava a falta de água. O assunto sobre os quilombos também foi tema desta sessão de abertura, na qual o presidente logrou afirmar que com

CONSELHO GERAL – 1829	Nº DE VOTOS*	ORIGEM	OCUPAÇÃO
Bernardo Luiz Ferreira Portugal	383	Pernambuco	Eclesiástico
Jozé Ramos de Oliveira	266	Pernambuco	Comerciante
Manoel Corrêa de Araújo	260	Pernambuco	Militar
Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque	253	Pernambuco	Militar
Francisco Xavier Pereira de Brito	246	Pernambuco	Médico
Manoel Zeferino dos Santos	245	Pernambuco	Político
Félix José Tavares de Lira	207	Pernambuco	Militar
Manoel Ignácio de Carvalho	192	Pernambuco	Advogado
Jozé Eustáquio Gomes	190	Pernambuco	Médico
Laurentino A. Moreira de Carvalho	182	Pernambuco	Padre
Mathias Carneiro Leão	179	Pernambuco	Médico
Nicoláu Jozé Vaz Salgado	174	Pernambuco	Militar
Antônio Elias de Moraes	171	Pernambuco	Advogado
Luiz Francisco de Paula Cavalcante	167	Pernambuco	Desembargador
Firmino Herculano de Moraes Ancora	161	Portugal	Militar
Antônio da Trindade Antunes Meira	156	N.I.	Padre
Gervásio Pires Ferreira	152	Pernambuco	Comerciante
Felippe Neri Ferreira ²	149	Pernambuco	N.I.
Antônio Joaquim Ferreira de São Paio	146	N.I.	Capitão-mor
Virgínio Rodrigues Campelo	138	Pernambuco	Vigário
Francisco de Paula Correia de Araújo	124	Pernambuco	N.I.

*Para a relação de nomes e o número de votos, ver: Diário de Pernambuco, n° 151, 17/07/1829.

muito esforço do governo combateu, e para que não voltassem a se reunir na região de Catucá, começou a instalar colonos alemães para povoar aquela região. Conclui falando dos índios, que careciam de melhorias na sua condição social e que deveriam ser pensados como alternativa ao fim do tráfico de escravos. Assim, encerra a sua fala.

Foram eleitos para este Conselho Geral, alguns nomes já conhecidos pelo Conselho da Presidência (de Governo), mas também federalistas como Gervásio Pires Ferreira. **Segue, então, a lista dos nomes:**

Destacaremos alguns nomes desta lista. O mais votado não foi Manoel Zeferino dos Santos, que ansiava pelo resultado, mas sim o deão da Catedral de

Olinda Bernardo Luiz Ferreira Portugal, que assumia então a vice-presidência da província, além do Conselho de Governo. Félix José Tavares de Lira foi eleito para esse Conselho, mas também assumiu o Conselho da Presidência de março a dezembro de 1830 como suplente de Gervásio Pires Ferreira. Este, que governou Pernambuco com a Junta Gervasista em 1821, era um remanescente de 1817 e federalista. Outro personagem desta lista é o tenente-coronel de Engenheiros Firmino Herculano de Moraes Ancora, que era responsável por muitas obras e desenho de plantas da província, veio a ser vice-presidente da *Sociedade Federal de Pernambuco* em 1833. Ancora também traduzia obras em francês, o que indica sua rica

leitura dos princípios liberais. Na lista de sócios de uma proclamação da Sociedade de 1833, aparece o nome de Félix J. T. de Lira (FONSECA, 2016, p. 305-307), que assumiu a presidência interinamente em 1833. Já Antônio Elias de Moraes era um remanescente de 1817 e o vigário Virgínio Campelo viria a ser membro da *Sociedade Patriótica Harmonizadora* em 1831.

Se a oposição aos presidentes da província ficava restrita a um ou dois nomes no Conselho de Governo, o Conselho Geral proporcionou a ascensão de nomes significativos para o ano de 1830.

Mesmo sendo investigado sobre seu comportamento quanto às eleições locais, e também, quanto à obra que empreendera no Palácio do Governo, Thomaz Xavier Garcia de Almeida foi condecorado com insígnia da Ordem do Cruzeiro, "que lhe foi oferecida por alguns Proprietários, e Agricultores da província de Pernambuco", em 30 de outubro de 1830 (O Cruzeiro, 1831, nº 6).

O último delegado do imperador em Pernambuco

É, pois neste aspecto melancólico que ainda apresenta o nosso Horizonte, que devemos encarar a nossa crise política sobre os tramas intestinos dos Demagogos Coluneiros, com quanto depois das observações que a nossos Leitores apresentamos no N° 83 – do nosso Jornal, uma providência e de não pouca entidade ocorresse: a Sucessão na Presidência do Sr. Thomaz Xavier, por o Eisel [sic] Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos. Pois que sendo da maior publicidade que sob o título lisonjeiro de amigos do Trono Constitucional, aqueles conjurados se haviam proposto a dar garrote às Liberdades Nacionais desde Novembro de 1828, o que se comprova, não só pelas suas qualidades individuais, e fatos contra a nossa Independência e Constituição por ele acinte praticados, como pelas repetidas reuniões que tinham em diversos lugares desde aquele

tempo, sob o favor da noite, pelas suas ações, suas conversas, seus atos por diversos jantares em diferentes partes, aonde se fizeram brindes acintosos ao atual Sistema de Governo: e finalmente pelos seus dois Jornais = o Cruzeiro e Amigo do Povo = pelos quais com o maior denodo se atassalha e ridiculariza o nosso Código Fundamental com o maior atrevimento se publicavam e com encômios, os atos do Governo do Tirano D. Miguel, depois de S. M. o Imperador o ter declarado usurpador.⁷

Numa crítica voraz à atuação dos magistrados, e à modificação de formalidades, juízos, processos e penas em tempos de crises, a *Abelha Pernambucana* considerava que esse era o caminho da tirania. Cinco números antes, o jornal exclamou sobre a chegada de Vasconcelos: "Que omem[sic]!"⁸. O texto criticava com tom irônico a chegada do futuro presidente, que

preferiu a casa do seu antecessor para ser a primeira em que entrasse, onde se hospedasse, onde ouvisse a gente mais imparcial e honrada desta Província: assim evitou o contato com os farroupilhas; deu a conhecer que se não deixará dominar por eles: e foi sacrifício feito à "melindrosidade" cortesã, o ir com o Sr. Secretário do Governo, no mesmo carro".⁹

À chegada de um novo presidente sucedem as críticas. Quanto ao antecessor, já sabemos um tanto para compreender a crítica do jornal. Sobre o secretário do governo, que, segundo o jornal, acompanhou o novo presidente, podemos acrescentar algumas observações. Vicente Thomaz Pires Figueiredo Camargo foi nomeado, pouco tempo depois, para assumir a presi-

⁷ *Abelha Pernambucana*, nº 90, 02/03/1830. É necessário desculpar-me pela longa citação, mas vale ao leitor a dimensão da escrita.

⁸ A grafia foi mantida para ressaltar a escrita "de pronúnciação", que segundo Silvia Fonseca, era a adoção de uma "redação referenciada pela ortografia fonética ou sônica com características marcadamente regionais." Do redator Borges da Fonseca. Ver: FONSECA, Silvia. O ideário pernambucano de Antônio Borges da Fonseca. Anais eletrônicos, ANPUH-SP, 2011.

⁹ *Abelha Pernambucana*, nº 85, 12/02/1830.

dência de Alagoas¹⁰, no contexto da guerra dos Cabanos; também assumiu a presidência interina de Pernambuco em 1836, tomou posse como presidente em 1837, além de ter sido digno da condecoração de cavaleiro da Ordem de Cristo (HONORATO, 1863, pp. 134-135).

O governo das armas, que estava nas mãos de Antero José Ferreira de Brito, foi designado à Bento José Lamenha Lins, que exerceu o comando das armas durante o governo de Pinheiro de Vasconcelos. Segundo Marcus Carvalho, correu boatos que corpos de primeira e segunda linhas queriam matar Antero José (CARVALHO, 2002, p.180). A demissão de Antero e a nomeação de Lamenha Lins foram discutidas na Assembleia nas sessões preparatórias e ordinárias de 1830. Os deputados deram suas opiniões com base na atuação do ex-ministro do Império José Clemente Pereira. O ministro foi criticado pela manutenção de Thomaz Xavier Garcia de Almeida na presidência da província, acusado de absolutista, por ser fiel defensor do governo e do imperador. Em defesa do ministro, o deputado pelo Ceará José Martiniano Alencar ressaltava que a conservação de Antero José no comando das armas e a negativa dada à Sociedade dos *colunas*,

opõem-se a ideia de querer o Sr. Clemente Pereira deitar por terra o sistema constitucional, não se podendo inferir outra coisa senão o que está exarado no parecer da comissão; isto é, que foi péssimo o ministério do Sr. Clemente Pereira e Oliveira Alves; mas que não se pode mesmo supor que eles pretendessem o absolutismo (Anais da Câmara dos Deputados, 1830, p. 280)

A discussão girava em torno da reeleição de José Clemente Pereira para a bancada do Rio de Janeiro¹¹, e o mesmo Alencar concluiu a respeito:

¹⁰ Carta Imperial de 4 de junho de 1833.

¹¹ José Clemente Pereira havia sido eleito na primeira legislatura, mas, sendo escolhido pelo imperador para ser ministro, que era uma forma de cooptar parte dos representantes eleitos para o seu "lado", assumiu o ministério do Império em 15 de junho de 1828 a 3 de dezembro de 1829. A queda do seu ministério aconteceu pela pressão do Legisla-

Eu defendo a Justiça e o decoro desta Câmara. Malditos devem ser aqueles que neles votaram, ou quem os deseja para deputados; porém, Sr. presidente, maldições não devem merecer aqueles que desejando fazer justiça imparcial querem dar a Deus o que é de Deus, e até ao próprio diabo aquilo que é do diabo.

Já o deputado Hollanda Cavalcanti¹², defendeu a nomeação de Lamenha Lins afirmando que por ser um pernambucano e sendo de uma família de alguma consideração, era digno de louvor, mas também não responderia sobre o comportamento futuro do oficial (Anais da Câmara dos Deputados, 1830, p. 275). O deputado não previa que o comandante das armas seria o primeiro nome da lista de demissões exigida pelas tropas após a Abdicação do imperador.

Voltemos ao presidente nomeado. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos era natural do Espírito Santo e formou-se em Ciências Jurídicas e Direito civil na Universidade de Coimbra. Era desembargador Ouvidor Geral do Crime da Relação da Bahia em 1828; e assumiu a presidência de Pernambuco no período de 15 de fevereiro de 1830 a 11 de outubro de 1831. Não identificamos muitas informações a seu respeito, mas foi digno de ser condecorado dignitário da Ordem do Cruzeiro.

Pinheiro de Vasconcelos já chegou reunindo o Conselho ordinariamente em 9 de março, e começou a deliberar.

tivo naquele ano, com as acusações de querer soçobrar o sistema constitucional com medidas mais centralizadoras. Porém, tendo sido eleito nas eleições daquele ano para a segunda legislatura de 1830 a 1833, as discussões na Câmara dos Deputados tratavam da possibilidade de dar assento a um representante do Executivo, pois, no ato das eleições ele acumulou dois cargos ao mesmo tempo, sendo proibido pela Constituição. Além de tudo, Clemente Pereira era português, formado em Leis na Universidade de Coimbra, atuou como magistrado e foi eleito para a primeira legislatura pelo Rio de Janeiro.

¹² Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque era deputado por Pernambuco, foi ministro da Fazenda em 1830. Era o liberal dos irmãos Cavalcanti, que segundo Marcus Carvalho, os Cavalcanti eram "federalistas" no Rio de Janeiro (no Parlamento) e centralistas em Pernambuco.

SEÇÃO DO CONSELHO DE GOVERNO 9/03/1830	
Presidente	Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos
Vice-presidente	Bernardo Luiz Ferreira Portugal
Secretário	Vicente Thomáz Pires de Figueiredo Camargo
Membros Suplentes	Gervásio Pires Ferreira
	Manoel Zeferino dos Santos
	Thomaz Antônio Maciel Monteiro
	Francisco De Paula Cavalcante de
	Albuquerque (Não Compareceu)
	Manoel Correa de Araújo (Não Compareceu)
	Manoel Ignácio de Carvalho
	Antônio Joaquim Ferreira de Sampaio
Filippe Neri Ferreira	

Dentre pedidos de mercês, pareceres sobre requerimentos, pedidos de aumento de soldo, enviados na expedição de julho nas correspondências para os ministérios, há dois documentos informando sobre um acontecimento da vila de Goiana. Os documentos foram enviados para a secretaria do Império e da Justiça, constando que o juiz de fora de Goiana participou que indivíduos haviam “soltado criminosas vozes de haverem queimado a Constituição” enquanto queimavam palha, no dia 31 de maio (Correspondência da Corte, 1830). Nos ofícios, o presidente Pinheiro de Vasconcelos informou que ao acontecimento não sucedeu nenhum outro, sendo culpados apenas os indivíduos envolvidos. Mesmo tendo oficiado ao imperador, o presidente não convocou o Conselho, como é previsível nessas ocasiões, indicando não ter sido muito ofensivo. Em junho não houve nenhuma sessão extraordinária e nada foi tratado nas duas sessões de julho. Procurando manter a parcimônia no seu governo, Pinheiro Vasconcelos pode ser considerado um “delegado do imperador”. Andréa Slemian atribuiu a postura do presidente à função de “delegado do Imperador”, mas também à defesa da Constituição, que àquela altura já se consolidara como símbolo da legitimidade do regime e possibilidade de “mudanças políticas em nome dos direitos dos cidadãos” (SLEMIAN, 2009, pp. 229-230).

O Conselho de Governo de 1830 teve nove reuniões extraordinárias, principalmente para tratar dos exames de professores. Além disso, também abriu investigação a respeito das obras empreendidas pelo ex-presidente Garcia de Almeida no palácio do Governo, cumprindo aviso imperial de 15 de junho de 1830. Em 7 de agosto, os conselheiros resolveram por exigir do inspetor de obras públicas a conta das despesas da dita obra. Em 28 de setembro, o presidente da província Pinheiro de Vasconcelos apresentou as contas da obra e julgou-se que as despesas não foram excessivas, imiscuindo o ex-presidente de culpa (Atas do Conselho de Governo, 1830, pp. 108-109).

Os anos de 1829 e 1830 foram de crise política e econômica no Brasil. Quanto à economia, podemos ressaltar um problema generalizado que era a circulação de moedas falsas. Pernambuco sofreu com a entrada das moedas na província, mas também com a fabricação das mesmas. Em julho, o presidente publicou comunicado a respeito, pedindo para que ninguém recebesse como pagamento moedas de cobre, sem examiná-las, levando ao desembargador ouvidor geral do crime na capital, ou aos juizes de paz ou juiz criminal fora da cidade (*Abelha Pernambucana*, 1830, nº 133). Além de atingir comerciantes, a circulação de moedas falsas era pior nas camadas mais baixas da população (MOREL, 2003, p.13). Veremos mais adiante que esse problema não foi momentâneo.

Com toda a instabilidade do governo somada às notícias da Revolução de Julho na França com a queda do rei contribuíram para os *exaltados* se entusiasmarem (CARVALHO, 2002, p. 181) e almejem ainda mais a queda de d. Pedro I. Segundo Marco Morel (2003), a França passou a ser referência para o Brasil, passando a ser chamada pela oposição liberal de “pátria das Luzes”. O autor ainda salienta que a imprensa brasileira comparada à francesa, era muito menos contida (MOREL, 2003, p.16). Eram tempos de agitações e de forte oposição aos “governistas”, chamados em Pernambuco de “colunas”. Neste íterim podemos incluir o desembargador ouvidor-geral do crime Gustavo Adolfo de Aguiar que recebia todos os pre-

sos, criminosos e desertores sob sua jurisdição. Temido e acusado de “coluna” foi um dos primeiros nomes da lista apresentada pelas tropas de Pernambuco após a Abdicação, para ser demitido. Segundo o periódico *Abelha pernambucana*, o desembargador Aguiar desde agosto de 1829 vinha tentando reunir os juizes de fato¹³ da Comarca de Recife para “julgarem impressos acusados”, tendo-os convocado pela quarta vez para reunirem-se dia 7 de janeiro (*O Cruzeiro*, 1829 nº 183) na Câmara Municipal. Entretanto, os juizes de fato não compareceram às tentativas anteriores

e a vista do passado podemos ter a certeza de que agora será do mesmo modo ociosa, inútil e baldada esta Convocação; 1º porque os Srs. Juizes de Fato e também o de Direito não hão de faltar as regras do bom tom da sociedade nesta Província, deixando de passar a festa, (interminável festa) fora da Cidade, e de se divertirem imaginariamente, para virem ao Recife cumprir com o que a Lei lhes ordena; 2º porque na lista dos Srs. Juizes de Fato estão incluídos Cidadãos, dos quais, muito bem sabe o Sr. Gustavo, terem, uns partido para o Rio de Janeiro, alguns obtido por doentes, – escusa de comparecerem, nas Sessões do Conselho Geral de Província, – outros estarem ocupados com os trabalhos do mesmo Conselho Geral; restando enfim talvez aqueles que tornaram a faltar se assim o quiser o Sr. Adolfo (*Abelha Pernambucana*, 1830, nº 73).

O jornal continua seu ataque afirmando que ainda haverá quem o defenda:

quando as vítimas de suas arbitrariedades bradarem contra este regulo empoleirado, contra este magistrado a quem com razão compete os epítetos de iniquo, e de indigno de pertencer a Classe da Magistratura, pelo espírito de parcialidade que transpira

constantemente os atos até aqui se de sua jurisdição, a qual lhe foi confiada para administrar justiça e não para lhe servir de instrumento com que satisfaça as paixões particulares suas e de seus amigos e apañiguados, e das Facções desorganizadoras anticonstitucionais e liberticidas? Haverá; porque de tudo há neste mundo (*Abelha Pernambucana*, 1830, nº 73).

A *Abelha*, ainda atacou os ministros que ainda mantinham indivíduos como o desembargador nos empregos públicos. A despeito da tentativa de Aguiar de reprimir a imprensa, podemos ver que o magistrado, assumindo uma postura arbitrária e parcial – diga-se, um *coluna* –, não tinha o apoio da sua “classe”, como observou a *Abelha*. Não cabe aqui analisar cada um dos juizes de fato que não compareceram às ditas convocações, mas dentre eles estava *Manoel Zeferino dos Santos* dono da *Tipografia Fidedigna* onde a *Abelha* começou a ser publicada.

Entendendo como *campo político* esse embate entre as autoridades constituídas, é o que nos permite visualizar o quanto a ideia de submissão às ordens do centro de poder era cara aos pernambucanos. O que se vê até a Abdicação é uma incessante tentativa de impor autoridades de confiança do imperador nas localidades, sobretudo nesta província, palco de muitos episódios revolucionários. Mesmo sendo fortemente atacados e considerados tão conservadores a ponto de serem taxados de absolutistas, foram personagens importantes na manutenção da soberania, ou da tirania do imperador, durante o Primeiro Reinado de um imperador que se pretendia liberal, porque continuaram a exercer suas funções até o fim daquele governo.

O ano da Abdicação

O Conselho do Governo principiou suas sessões em 1º de março de 1831. Nas vinte e uma sessões ordinárias daquele Conselho não há nenhuma discussão em torno dos acontecimentos da Corte. A viagem a

13 Sistema de júri para julgar crimes de liberdade de imprensa em 1823, permaneceu até o Código do Processo Criminal em 1832 instituir o sistema de jurados.

CONSELHO DE GOVERNO 01/03/1831	
Presidente	Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos
Vice-presidente	Bernardo Luiz Ferreira Portugal
Secretário	Vicente Thomáz Pires de Figueiredo Camargo
Membros Suplentes	Gervásio Pires Ferreira
	Manoel Zeferino dos Santos
	Thomaz Antônio Maciel Monteiro
	Francisco De Paula Cavalcante de Albuquerque
	Manoel Correa de Araújo (Não Compareceu)
	Manoel Ignácio de Carvalho

Minas Gerais e o retorno do imperador, que desaguará na Noite das Garrafadas, sequer foram notificados ao Conselho de Governo. O antilusitanismo exacerbava-se. Levando em consideração que as notícias da Corte levavam cerca de vinte dias para chegar em Pernambuco, e que as sessões se estenderam até o dia 30 de abril, era possível que fossem comunicados antes de findar as reuniões ordinárias.

Até o dia 30 de abril, a pauta de discussões do governo da província girava em torno de utilidades públicas, como obras, a precariedade das estradas, a acomodação dos colonos alemães, a instrução pública, a verificação das contas das câmaras e dos hospitais, entre outras da mesma ordem. Foi em sessão extraordinária de 4 de maio, que o presidente Pinheiro de Vasconcellos convocou o Conselho para comunicar-lhe que recebeu da Bahia notícia da Abdicação de d. Pedro em prol de seu filho e a nomeação de uma Regência pela Assembleia Geral, tudo acontecido sem alteração na segurança e tranquilidade públicas. Resolveu então o Conselho proclamar ao povo a respeito, pedindo que se mantivessem sossegados até que chegassem notícias oficiais.

Em 5 de maio, novamente reuniram-se em Conselho todos os membros, assim como no dia anterior, e deliberaram acerca da reorganização do corpo de polícia, já que o atual não era tão confiável, e o entregasse para um comandante com alta patente. No dia seguinte, chegou a notícia oficial, enviada pelo ministro do Império, dando notícia da "gloriosa

revolução" que aconteceu no Rio de Janeiro. Foram comunicadas as câmaras e o presidente deu viva a "briosa nação brasileira, a constituição do império, ao Imperador Pedro II e Assembleia Geral Legislativa, vivas que o povo correspondeu como entusiasmo". Ao mesmo tempo que comemoravam a nova configuração política, com a esperança renovada na figura do imperador Pedro II, havia a necessidade de manter a ordem social. Ainda discutindo como conservar a tranquilidade, o Conselho recebeu notícia de que 40 a 50 soldados e o capitão do Batalhão 18 de 1ª linha armaram-se e foram em direção ao campo de Santo Amaro. O conselho decidiu enviar o conselheiro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque junto ao secretário do governo para tentar persuadi-los e fazer as tropas voltarem para os seus quartéis. Contudo, as notícias chegavam contando mais deserções. Já pela noite chegou uma representação das tropas, na qual exigia a demissão do comandante das armas Bento José Lamenha Lins, do desembargador Gustavo Adolfo de Aguiar, citados anteriormente, e de mais 12 oficiais. Percebendo a gravidade da situação, o Conselho resolveu que outros dois conselheiros fossem no dia seguinte, tentar pacificar as tropas: Manoel Zeferino dos Santos e Gervásio Pires Ferreira. Na madrugada do dia 7, chegaram notícias que todos os corpos de linha tinham desertado e a maior parte da polícia havia abandonado seus postos. O Conselho teve que ceder e os conselheiros foram ao encontro das tropas acompanhados do novo comandante interino das armas. Assim, foram dados vivas patrióticos sem que houvesse "um só ataque à propriedade, um só insulto pessoal". A suspensão do desembargador Gustavo Adolfo de Aguiar foi comunicada em 11 de maio de 1831, mas ele havia pedido para deixar o emprego um dia antes da chegada das notícias, alegando estar doente. O Comando das Armas de Pernambuco foi entregue à Francisco Jacinto Pereira até 30 de junho quando assumiu Francisco de Paula e Vasconcellos nomeado pela Regência. Paula Vasconcellos era natural do Rio de Janeiro e homem de confiança do brigadeiro Lima e Silva, regente do Brasil àquela data.

À secretaria da Guerra e ao Conselho de Justiça o presidente enviou longo ofício em 13 de maio, explicando que, diante dos acontecimentos de abril, prepararam-se os "espíritos, já irritados contra os que se diziam mais favorecidos do Governo passado, para tentarem a suspensão dos que ocupavam Empregos, principalmente Militares o que deu motivo a convocação do Conselho nos dias 4, e 5 do corrente". A tal representação das tropas, citada acima, teria feito o governo suspender empregados "conseguindo-se apenas a conservação do conselheiro chanceler e do desembargador Antônio de Azevedo Carvalho de Mello. Não foi possível, apesar de todos os esforços fazer voltar os primeiros Militares". O presidente informou também que houve por bem suspender um comandante de um batalhão, que não constava na representação, por apresentar risco de insubordinação, acrescentando que "as nomeações, que de momento se fizeram não foram certamente as mais regulares, mas posso afirmar a V. Ex^a que foram as mais acomodadas às circunstâncias". O presidente, contudo, julgava necessário que a Regência nomeasse um novo comandante das armas "para conter a Tropa, cuja subordinação parece momentânea, e somente enquanto se não persuadir, que deve ser Comandada por um Chefe de 1ª linha, e nomeado pela Corte.", retórica contrária àquele tempo, mas comum aos presidentes nomeados pelo imperador. Em seguida, participa ao governo regencial que a saída do comandante das armas foi tranquila, pois "o ódio público só era geralmente pronunciado contra o Tenente Coronel Francisco José Martins, comandante da Polícia, e contra o Desembargador Ouvidor do crime Gustavo Adolfo de Aguiar". O magistrado era acusado de "despotismo, e iniquidades" em um artigo do *Diário de Pernambuco* publicado no jornal *Ástréa*, do Rio de Janeiro. Do mesmo dia 13 de maio, data outro ofício do presidente ao Conselho de Justiça informando que os militares suspensos requerem licenças para irem à Corte, concedidas dadas as circunstâncias das suas suspensões.

As sessões seguintes do Conselho de Governo voltaram a tratar de assuntos cotidianos, de utilidade pública, como o problema das moedas falsas. Em sessão de 23 de agosto, o Conselho se reuniu para tratar da tranquilidade pública e dos salteadores que estavam atacando nas estradas e subúrbios. Resolveram nomear um comandante para as esquadrias das guardas municipais, como mandava o decreto do último dia 14 de junho, servindo a cavalo nas regiões dos distritos mais próximos, e para as estradas, que fossem enviadas patrulhas de 12 a 20 soldados da polícia montada. Mesmo valendo-se de medidas para obstar crimes, o Conselho não conseguiu manter a paz. Segundo Manoel Correia de Andrade, por mais que o presidente e os seus sucessores combatessem o problema das moedas, não colheram resultados práticos. Em 14 de setembro às nove horas da noite, a tropa de 1ª linha da guarnição de Recife começou a atacar a cidade roubando, assassinando e incendiando. As tropas se dispersaram, atacaram casas e estabelecimentos comerciais. O comandante das armas foi notificado e o conselheiro Francisco de Paula pediu que o comandante do batalhão continuasse entre os soldados para conter os excessos. A reação do governo da província foi enérgica e feita sob três frentes: uma no bairro de Afogados pelo brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos (comandante das armas); uma pelo bairro de Recife chefiada pelo intendente da Marinha; e a terceira pelo coronel Francisco Jacinto Pereira pela cidade de Olinda. Enfrentaram as tropas aos gritos de "morra tudo que é paisano". O Conselho do Governo chegou a ficar mais de quarenta horas em sessão permanente por conta dos ataques, que findou no dia 16.

A agitação que ficou conhecida como Setembrizada, na análise de Manoel Correia de Andrade foi um movimento de "desorientados", porque gritaram contra os liberais e contra os colonos. O jornal *O Olindense* (1831) publicou em 4 de novembro de 1831 a notícia de que a Regência mandou que o brigadeiro Paula Vasconcellos entregasse o comando das armas ao coronel Francisco Jacinto, em função da re-

ação contra a sublevação das tropas em setembro. Segundo o jornal moderado, essa decisão se deu em função da comparação da atuação dos dois militares no movimento. O jornal asseverara que “As pessoas de bons sentimentos folgavam muito de ver demitido um comandante das armas, que se tem tornado tão suspeito”. Em outubro de 1831, o Paula Vasconcellos foi eleito vice-presidente da Sociedade Federal, ao mesmo tempo que seu irmão Miguel de Frias e Vasconcellos, redator do jornal fluminense *A Voz da Liberdade*, liderava a revolta da Ilha das Cobras no Rio de Janeiro.

Em resposta ao *Olindense*, o *Diário de Pernambuco* publicou longa correspondência na qual o remetente, *O Sentinella Pernambucano*, expendeu várias críticas ao jornal opositor. Sobre a afirmativa d'*Olindense* citada acima, disse o correspondente:

que impostura! O que chama os ilustríssimos – bons sentimentos – ? Gente de bons sentimentos é a do seu partido, não é assim? Pois essa mesma é que muita outra diz ser de maus sentimentos. E agora? Ninguém dá fé de suecos não. Podem guardar os seus bons sentimentos para serem ricos. O Snr. Brigadeiro tornou-se odioso ao partido dos ilustríssimos; mas não suspeito; tornou-se odioso a todos os que querem ser oráculos das Autoridades, influir, ingerir-se nas coisas do governo, dominar, e ditar pelos grandes merecimentos de dar jantares, &c. &c. talvez a custa de alguma pobre criatura desgraçada, ou alma do outro mundo. Isto é muito diferente de ser suspeito.

Sobre a demissão do dito comandante das armas consta que o presidente Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos oficiou ao juiz de paz suplente de Recife, José Ignácio da Câmara, sobre a maquinação e expulsão do comandante das armas o Brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos. Não há outros ofícios do governo que expliquem a saída do comandante, a não ser dois, datados de 31 de outubro, que informavam tanto ao atual quanto ao interino, Fran-

cisco Jacinto Pereira, sobre a substituição no cargo. Segundo o correspondente do *Diário*, Paula Vasconcellos pediu demissão ao Conselho, mas foi negada, o que significava o reconhecimento do brigadeiro pelo governo. A carta ainda rebateu a comparação entre o pedido de demissão de Lima e Silva após as sublevações das tropas no Rio de Janeiro, e a demissão de Paula Vasconcellos, afirmando que o regente pediu demissão um mês e meio depois dos acontecimentos e por estar doente. O correspondente então perguntava:

E a vista do expendido, quem se portou com mais honra? Quem pode servir de modelo aos Militares de honra? O *Olindense* querendo feixar esta enfiada de insultos, diz com o descaramento do Cruzeiro – O Snr. Paula Vasconcellos nada disto fez, e os seus amigos cada vez o tornam mais suspeito.

O jornal *Olindense* (1831) defendia que as reformas na Constituição fossem feitas pela via legal, que fazia parte do projeto político moderado. Já a figura de Paula Vasconcellos representava as ideias federalistas, que ganhavam mais força após a Abdicação. O *Diário* defendia o federalismo baseando-se nos Artigos 174 a 178 da Carta, tornando as reformas da Constituição legítimas, que significava “Reformar Constitucionalmente a Constituição para melhor firmar as garantias nacionais, e perpetuar a monarquia”, retórica dos jornais exaltados diante da forte repressão para manter a ordem no Império. A imprensa e os espaços públicos constituíram em Pernambuco e apresentaram os dois polos da sociedade: os homens da cidade e os homens do campo. É consenso na historiografia que a defesa da moderação nas reformas regenciais pelos senhores de engenho de Pernambuco visavam a não desestabilização das posições alcançadas política e economicamente.

Segundo Marcello Basile, os jornais moderados da Corte como a *Aurora Fluminense* e *O Independente*, nesse período, estavam “hesitantes e cautelosos”, pois o projeto Miranda Ribeiro, que previa mudanças

significativas como a extinção do Poder Moderador, do Conselho de Estado, do Senado vitalício, e tornava o Império uma monarquia federativa, havia sido aprovado pela Câmara e enviado ao Senado em outubro de 1831.

Em Pernambuco em 1831, também havia sido criada uma sociedade para “harmonizar” os povos. Segundo Manoel Correia de Andrade, a Sociedade Patriótica Harmonizadora foi organizada pelos ricos da província, para discutirem a melhor forma de defender a ordem. Analisando os sócios, o autor afirma que “eram homens de haveres, que possuindo grandes fortunas, temiam que as agitações políticas e ‘rusgas’ subsequentes trouxessem prejuízos”. Dentre os membros, podemos destacar Gervásio Pires Ferreira, membro do Conselho de Governo; Laurentino Antônio Moreira de Carvalho, que havia sido membro do mesmo Conselho na primeira legislatura; e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque que representava a família dos senhores de engenho.

O ano de 1831 ainda reservava mais conflitos. Em novembro, novo movimento acometeu a cidade: homens armados invadiram e tomaram a Fortaleza das Cinco Pontas. A reação do governo foi ordenar ao juiz de paz que intimasse os insurretos a se dispersarem, e foi comunicado que eles representariam ao governo. Novamente o Conselho ficou em sessão permanente, aguardando até a manhã seguinte, quando chegou documento exigindo demissões e deportações de empregados públicos considerados por eles como colunas, a expulsão de portugueses solteiros, e se recolhessem todas as armas em mãos de portugueses. Uma comissão da Sociedade Federal, se dispôs a tratar com os revoltosos. Foi uma comissão de estudantes enviada dia 18 pela Sociedade, que negociou a deposição das armas pelos rebeldes. Mas, com algumas concessões, aceitas pelo Conselho: que os portugueses fossem desarmados, que fosse feita a deportação dos portugueses que não tivessem foro de brasileiro e que eles não seriam perseguidos, levando súplicas em favor dos sedicio-

so ao governo central e na Assembleia geral. O movimento ficou conhecido como Novembrada.

As reuniões extraordinárias do Conselho entre os movimentos expostos acima, trataram da soltura dos presos por opiniões políticas pelo Decreto de 9 de abril; sobre a segurança pública; sobre da falta de armamento e munição; a modificação da data da festa de Nossa Senhora do Rosário para evitar aglomerações. O medo de novos movimentos era premente, os ânimos estavam agitados não só pela situação política, mas pela frágil economia do país. Os comerciantes de Recife se viam muito prejudicados com a circulação das moedas de cobre falsas, juntamente com as camadas mais pobres da população e as tropas de segunda linha. Os constantes recrutamentos dos anos anteriores haviam reunido muitos forros e homens de má conduta nas fileiras mais baixas do Exército, além do que a situação era precária dentro dos quartéis, faltando armamentos, munições, suprimentos básicos das tropas e soldos atrasados. Silvia Fonseca salienta que, a associação feita pelo Diário de Pernambuco da insubordinação das tropas – tanto da Bahia, quanto do Rio de Janeiro e de Pernambuco – a um “complô” do ex-imperador com os colunas, parecia muito mais uma sedição para derrubar o comandante das armas Paula Vasconcellos. Entretanto, um novo movimento, a Novembrada, eclodiu após a saída do comandante das armas.

A sessão do Conselho de 15 de outubro de 1831 já passou a ser presidida pelo conselheiro mais votado, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, sem, contudo, explicar a saída do presidente Pinheiro de Vasconcellos. As reuniões encerraram-se em 24 de dezembro de 1831.

Do fim da Confederação do Equador até a Abdicação, Pernambuco teve períodos regulares sob o comando de presidentes nomeados pelo governo central, apesar de serem naturais de outras províncias. Ressalte-se ainda que a historiografia destaca na história de Pernambuco os movimentos revolucionários e sua postura rebelde diante da Corte. No entanto, no fim do Primeiro Reinado, o governo desta provín-

cia esteve nas mãos dos delegados imperiais e seus partidários, que buscaram sustentar a soberania nacional. Pernambuco estava dividido e isso garantiu certa estabilidade. Os presidentes tratados neste artigo, Thomás Xavier Garcia de Almeida e Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, tiveram longa carreira política¹⁴ preenchendo altos cargos públicos, além de receberem condecorações. Por outro lado, no período regencial, dentre os presidentes nomeados e os interinos, apenas um veio a ser Ministro e Senador do Império.

Fontes primárias

- *Anais da Câmara dos Deputados*, 29 de maio de 1830.
- Anais do Parlamento (Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>)
- *Atas do Conselho de Governo de Pernambuco*. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco. CEPE, 1997. v. 2 (1826-1834)
- *Coleção de ordenanças 1825-1830* (ord. 4; ord. 6; ord. 7), APEJE.
- *Correspondência da Corte*, (1829-1831), cc. 32, APEJE.
- *Ofícios do Governo* (1824-1834), OG 27 - OG 41, APEJE.
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Coleção Formadores do Brasil*. Introdução e organização de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001
- HONORATO, Manuel da Costa: *Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco*, 1863.

Periódicos

- *Abelha Pernambucana*, BN
- *Aurora Fluminense*, BN
- *Diário de Pernambuco*, BN
- *Jornal do Comércio*, BN
- *O Cruzeiro*, BN
- *O Olindense*, BN

Bibliografia:

BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. – U.F.R.J., 2004.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “Aí vem o Capitão-Mor”: as eleições de 1828-1830 e a questão do poder local no Brasil Imperial. *Tempo* – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v. 7, n. 13, 2002.

FELDMAN, Ariel. Guerra aos extremos: polarização política e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). São Paulo: *Almanack*, n° 7, p.39-58, 2014.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. O ideário pernambucano de Antônio Borges da Fonseca. *Anais eletrônicos*, ANPUH-SP, 2011.

_____. *A ideia de República no Império do Brasil*. Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiá: Paco Editorial, 2016.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.

PEREIRA, Christiane. *A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013.

SLEMIAN, Andréa. Delegados do chefe da nação: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). São Paulo: *Almanack Braziliense*, n° 6, 2007.

_____. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2009.

NOMES	NATALIDADE / NACIONALIDADE	ANO DE NASCIMENTO E MORTE	FORMAÇÃO	EMPREGO PÚBLICO	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	TÍTULOS E ORDENS HONORÍFICAS
Tomás Xavier Garcia de Almeida	Rio Grande do Norte	14/07/1792 - 11/01/1870	Leis - Universidade de Coimbra	- Juiz de Fora da vila do Recife (1821); - Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas de Recife (1821 e 1825); - Ouvidor da comarca de Recife (1824); - Auditor Geral do Exército em Pernambuco 1824; - Relator da Comissão militar (1824-1825); - Desembargador da Relação da Bahia (1827);	- Deputado à Assembleia Constituinte pelo Rio Grande do Norte (1823); - Deputado à Assembleia Geral por Pernambuco (1826-1829); - Presidente de São Paulo (19/12/1827 a 18/04/1828); - Presidente da província de Pernambuco (24/12/1828 a 15/02/1830) ; - Presidente da Bahia (05/04/1838); - Deputado à Assembleia Geral pela Bahia (1843-1844); - Presidente de Pernambuco (23/09/1844); - Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1846);	- Cavaleiro (1822), oficial (1825) e dignatário da Ordem do Cruzeiro (1829); - Comendador da Ordem de Cristo;
Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos	Espírito Santo/ Ilha de Santo Antônio	04/09/1788 - 29/08/1884	Ciências Jurídicas - Universidade de Coimbra	- Juiz de Fora das vilas de Santo Amaro da Purificação e São Francisco (1820); - Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas na Bahia (1820); - Desembargador Ouvidor Geral do Crime da Relação da Bahia (1828); - Presidente da Relação da Bahia (1848);	- Presidente da província de Pernambuco (15/02/1830 - 11/10/1831) ; - Presidente da província da Bahia (04/06/1833 a 10/12/1834; 26/06/1841 a 08/1844; 22/04 a 06/05/1848); - Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1854); - Presidente do Supremo Tribunal (1857; 1860; 1863);	- Dignatário da Ordem do Cruzeiro; - Dignatário da Ordem da Rosa; - Grã-cruz da Ordem de Cristo (1877); - Veador da Casa Imperial (1841); - Visconde de Monserrate (1878);

1 Para a relação de nomes e o número de votos, ver: *Diário de Pernambuco*, n° 151, 17/07/1829.

2 Felipe Neri Ferreira era filho de Gervásio Pires Ferreira. Primeiro presidente nomeado para a província da Paraíba. Juiz de fora na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Boa Vista (1829).

14 Observe o quadro ao final deste artigo.